

PREFÁCIO

QUE DIZER? — UMA PERSPETIVA EXTERIOR

Não se trata, o título que encima estas breves palavras introdutórias, de uma mera declinação neste início de século do famoso título, «Que fazer?», com que Lenine inaugurou o século anterior (Hobsbawm), mas tão só de achar um modo de introduzir uma obra situada num campo cuja erudição a coloca afastada do «mundo da vida», ao mesmo tempo que lhe é indispensável: a reflexão teórica em torno da Argumentação.

Ao assunto tem Rui Alexandre Grácio consagrado um número considerável de obras próprias, de traduções, de intervenções, uma marcante tese doutoral, numa palavra, um esforço raro de sistematização entre nós da reflexão sobre uma área que, radicando na filosofia, no seio da qual conhece o peso de uma longa teorização direta e/ou indireta na história da disciplina, assume não apenas uma «utilidade para a vida», mas constitui, certamente, uma imprescindibilidade na vida.

O campo é, todavia, mal conhecido fora dos muros da Academia e, por vezes, dentro deles também. Confunde-se com o peso da velha sofística e da avaliação pejorativa da retórica, como com o estreitamento da lógica formal na sua tangente matemática enunciada pelo pensamento filosófico da modernidade, como se mistura, aliás, e embora por caminhos diversos, com uma espécie de *prêt-à-porter* discursivo para maus aprendizes do seu tempo, que julgam nele encontrar um conjunto de receitas, quer para uma pessoal erística de bolso, quer para uma figuração de si no autofágico mundo do «especularismo sensitivo» (Mario Perniola), em que a ideia de «imagem» é, com frequência, pouco mais do que a expressão abalofada da simples ausência de ideia.

Por outro lado, estas palavras introdutórias chegam de fora ao «Discurso Argumentativo». Vêm de alguém não especializado. Pelo que, mais do que pretender afirmar-se algo acerca do que o presente «Vocabulário Crítico» pretende afirmar, a estratégia do não especialista há-de centrar-se naquilo que ele pretende rejeitar.

Assim, que projeção negativa pode mover um autor especializado, como Rui Alexandre Grácio, para todos os efeitos, entre nós, uma autoridade reconhecida no campo da Argumentação, ao elaborar uma obra como a presente?

Pensar-se-á que ela pode encontrar-se na vocação teórica em quanto diz respeito à afirmação, sistematização e delimitação do campo (o que é verdade, mas isso há-de ser o valor de uma positividade). E pode, ainda, pensar-se, ao mesmo tempo e também, que tal desiderato se inscreverá, pela negativa, numa paulatina construção, pelo autor, de um corpo de reflexão crítica às tendências fortes que marcam o traçado histórico do próprio campo (a retórica, a lógica, etc.), e à tendência fraca para o seu desvirtuamento «catóptrico» (Perniola, uma vez mais) que, como se disse, veria a Argumentação enquanto nutriente de uma autoajuda para oradores aflitos (sucedâneo mais ou menos erudito do género vulgar de «Como falar em público» ou «Como esmagar o seu oponente em doze lições» e demais material publicitário dessa mesma família, escrito sob a égide do cinismo comercial e sem traço nem vestígio da seriedade filosófica da velha e irónica *Dialética Erística* de Schopenhauer).

Numa perspetiva alargada, extra-técnica, teorizar a Argumentação parece deixar-se pensar enquanto exercício sobre o lugar da palavra na logomaquia contemporânea. Delas, as palavras, bem sabemos, com Austin, como servem para fazer (e desfazer) coisas. Como, também o sabemos, tanto podem dizer quanto esconder. A história da Retórica mescla-se, na cultura a que por comodidade chamamos de «Occidental», com o arquivo da nossa memória, desde os textos religiosos originais (*O Evangelho de João* e suas remissões para Hesíodo e para o *Génese*) até às diferentes etapas de um sonho de civilização em que, sempre sob o eco das armas, os homens vêm milenarmente testando a sua confiança em si mesmos, enquanto seres capazes de sobrepor — escreva-se no plural — a força das suas razões às razões da sua força.

Chamou-se-lhe «democracia», no âmbito que à nossa idade mais interessa; chamou-se-lhe outras coisas ainda, mas a pergunta tem estado sempre lá: como podemos conviver e organizarmo-nos sem nos exterminarmos uns aos outros?

*

Um exemplo, colhido de um serão entre adolescentes, ilustra bem o que aqui pretende dizer-se. Um deles, um pouco mais velho do que os demais, conhecedor único das regras, está a ensinar aos outros um jogo de estratégia cuja finalidade é, para cada jogador, conseguir com os seus exércitos, movidos por cartas e dados organizados em «turnos» de jogadas, «conquistar o mundo». A dado ponto, um dos aprendizes a quem o seu adversário e, ao mesmo tempo, instrutor procurava ajudar num combate contra si mesmo, lança-lhe a pergunta: «— Mas tu, porque ajudas os teus

adversários a vencer-te?». A resposta do jovem, poderia, de certa maneira, condensar o sentido do trabalho de Rui Alexandre Grácio: «— Porque quero que o jogo corra o melhor possível!».

Numa transposição alargada, o episódio dos miúdos tentando que o seu jogo «corra o melhor possível» pode igualmente entender-se como uma poderosa metáfora para os desafios intemporais do humano e, numa perspetiva mais restrita, para o objeto (e talvez para o objetivo) de uma teorização satisfatória da Argumentação. Como poderemos nós fazer com que «o jogo corra o melhor possível» usando, em vez dos dados, dos baralhos de cartas e dos exércitos, o diálogo, as palavras e o sentido?

É fácil perceber que o problema é difícil de muitas maneiras. Do modo moral, desde logo (intrometendo-se pelas problemáticas da «moral da intenção» e da «moral da consequência» na aproximação que, por exemplo, Nietzsche lhes fez). Do modo linguístico (albergando-se neste particular os aspetos da semântica, da pragmática e os ligados à «língua» e à sua teorização argumentativa). Do modo discursivo (equacionando as questões do sentido, do *skeptron*, i.e., dos lugares e dos estatutos das suas respetivas práticas). Do modo político (onde se jogam as questões não «do» mas «de poder», como as precisava Bourdieu, ou da «supremacia», como avança Sloterdijk na sua *Crítica da Razão Cínica*).

Em segundo lugar, o problema é difícil porque, e em termos muito simplificados, mesmo que uma Teoria da Argumentação conseguisse estabilizar ou sequer esboçar uma «Gramática do Entendimento Entre os Humanos», haveria que esperar que estes dela se apropriassem, quer dizer, que cada um de nós passasse a ter mais em vista o nobre objetivo de que «o jogo corra o melhor possível» do que o, mais pobre, de pura e simplesmente ganhar o jogo e consagrar a sua conquista do mundo, por pequena, breve e qualquer que esta fosse.

Toda a história da filosofia, muita da ideologia da ciência, como a história de todas as ideologias, teístas ou não, guardam conversas deste tipo há milénios e o ponto ao qual chegámos foi este, com o que de esperançoso ou de desesperante nele exista: o de tentar esboçar a teoria (e a política) de um diálogo não fulminante.

*

Quer o conjunto geral da obra de Rui Alexandre Grácio no campo específico da Argumentação (que ele vem construindo paralelamente ao seu trabalho nas áreas da edição, da poética, da escrita para a infância ou da música, por exemplo), quer o labor específico do presente texto situam o autor numa encruzilhada de dupla utilidade.

A primeira consiste numa exegese filosófica no domínio aparentemente árido de uma Teoria Argumentação, onde os seus livros tornam difícil aos profissionais da especialidade trabalharem-na, entre nós, sem passarem por eles. Encontram-se aqui os aspetos mais amplos da sua teorização da interação argumentativa (vd. conceitos como o de «Assunto em Questão», entre outros), ou mais circunstanciados como os respeitantes a uma sistemática peculiar relacionada com o espectro teórico da problemática argumentativa (vd. entradas na presente obra como «Abordagens descritivas e abordagens normativas», «Argumentação», «Argumentação e regressão ao infinito», «Argumentação1» e «Argumentação2», «Análise argumentativa», «Racionalidade argumentativa e racionalidade sociológica», «O provável», e tantas outras mais).

A segunda encruzilhada útil da presente obra inscreve-se no enquadramento de uma compreensão técnica aprofundada do material oratório, retórico, de que é feita a formação discursiva por meio da qual se tece o dizer atual (público ou menos público) do tempo e do mundo em que vivemos. Uma fala incomunicante, excessiva, onde a maquinaria censória se exerce menos por rarefação (ao contrário da ideia generalizada com a qual, até por proximidade histórica, relacionamos em exclusivo a palavra censura e a palavra censurada), do que pelo excesso e pela proliferação, pelo desencontro que filia cada nova (?) sobreposição monológica num quadro de ausência de sentido que as necessidades do negócio mediático promovem vitalmente para si e esquizofrenicamente para os seus destinatários.

Problemas como os colocados pela argumentação «Ad hominem» e «Ad personam», problemas como os que se jogam nas relações entre discursos de autoridade, autoridade dos discursos e argumentações «Ad verendum», nas operações demagógicas das evocações argumentativas «Ad populum», na permanente gestação de argumentos «Ad baculum» (na sua eufemística particular relacionada com as temáticas do esgotamento da política pela força da invocação omnipresente de um conjunto de inevitabilidades que são, em si mesmas, a negação da política pela própria fala da política), todos estes problemas na sua dissecação à luz de uma Teoria interativa da Argumentação, podem encontrar-se nas páginas que se seguem. Elas constituem, para o leitor não especializado, uma cartografia do discurso público cuja dimensão radiológica transformam a obra num guia de orientação por entre a selva de ruído que discrimina o desvalor da argumentação predominante e a institui como mecanismo censório velado, por via do que Gabriel Weiman chamou «a hierarquia da credibilidade» na sua articulação com a construção mediática da «irrealidade».

Também neste território, que é aquele onde se joga a própria ideia de democracia, se inscreve o conjunto da obra do autor e, em particular, o presente trabalho. Labor de depuração, de seleção, o exercício deste texto coloca-o, portanto, no cerne do uso das palavras no peculiar quadro do nosso tempo, uso que cada dia parece tornar-se mais surpreendente, pela tangente que descreve ao absurdo e ao ininteligível, e que uma adequada grelha teórica da Argumentação pode ajudar a discernir.

Nessa medida, poder-se-ia pensar este *Vocabulário*, também como contributo remissivo de uma teorização da Argumentação para um indispensável e vital gesto de autodefesa da condição cidadã contra o seu aviltamento quotidiano paradoxalmente promovido pelo mercantilizado universo político-mediático justamente em nome de uma... cidadania informada.

*

Vai, portanto, na direção do aprofundamento da dimensão social e co-existencial da sua teoria da interação argumentativa o *Vocabulário Crítico de Argumentação*, que Rui Alexandre Grácio agora nos propõe. Para além do terceiro termo (Argumentação), objeto das sumárias observações anteriores, faltará um breve par de notas respeitantes ao primeiro (Vocabulário) e ao segundo (Crítico).

Salienta-se, a respeito do primeiro, como o vocábulo «Vocabulário» descarta, opondo-se-lhe, o espectro de um outro possível, o termo «Dicionário». Fá-lo-á não apenas pela dimensão — mais do que «não-exaustiva» — depurada da presente obra mas, poder-se-á ainda interpretar assim, pelo caráter não normativista da conceção do autor em relação ao seu objeto de reflexão, a Argumentação.

A sua abordagem é, ao invés, perspetivista e, conseqüentemente, polifônica, plural, desafiante, convidativa e despojada de pretensiosismo. Caricaturando um pouco a expressão, Rui Alexandre Grácio não pede à Argumentação que salve o mundo. Nem afirma saber se, caso este precisasse de ser salvo, seriam a argumentação perspetivada e a racionalidade sensível que propõe, quem poderia ou deveria fazê-lo. O que não significa, antes pelo contrário, que a Argumentação não tenha um papel a jogar no aprofundamento daquilo a que Dewey, em tempos, chamou uma «democracia radical», temática que vem sendo cada vez com maior imprescritibilidade retomada no pensamento filosófico-político da contemporaneidade. «Vocabulário» significa, deste modo, veículo de aproximação mais do que certificado de destino final, como no «Dicionário», esse sim, aspiração permanente à fixação de uma suposta objetividade

(Fairclough) pela qual os homens, o mundo e as coisas poderiam sentenciosamente ver-se ditos.

E «Crítico», por fim. Um qualificativo que situa o leitor no âmago do texto e o texto no centro do problema. «Crítico» porque a sua perspectiva da Argumentação não é normativa e formalista, como se viu, mas também porque ela não é ambigualmente funcional e utilitária. O caminho da sua teorização é, pelo contrário, um trajeto de quádrupla relação: 1) relação entre uma focalização pan-argumentativista por um lado, e uma ascese argumentativa estrita, por outro lado; 2) relação entre uma estratégia autoritarista de validação «do argumento» e uma situação comunicacional indiscriminada que lance a Argumentação no mundo geral das trocas comunicativas; 3) relação que procura delimitar as fronteiras e as interpenetrações entre uma teorização linguística e uma meditação filosófica da questão argumentativa; 4) relação, por fim, entre o modo filosófico de filiação da Argumentação na teoria e o modo sociológico da sua inscrição no mundo da vida e dos homens.

Constituindo-o, conforme já assinalado, como uma referência incontornável para os investigadores, os especialistas ou os leitores simplesmente interessados no tema, é por este trilho estreito que a obra de Rui Alexandre Grácio caminha há mais de vinte anos, cruzando o provavelmente mais largo, intemporal e importante assunto para o humano: como é, se é que, nos conseguimos entender uns com os outros?

Rui Pereira